

Negócios

diariodonordeste.com.br/negocios

DIVISÃO DIGITAL

Exclusão no acesso tende a crescer com limite da internet

Com planos mais caros, o acesso terá base no poder aquisitivo e mais pessoas de baixa renda ficarão desconectadas

ARMANDO DE OLIVEIRA LIMA
Repórter

À revelia do que estabelece o Marco Civil da Internet e o Código de Defesa do Consumidor (CDC), as teles – com o suporte da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) – insistem em mudar o modelo de consumo e empregar um limite na internet fixa. A questão vem reunindo uma multidão de internautas contra e o ministro das Comunicações, André Figueiredo, até sugeriu modelos alternativos de cobrança. No entanto, seja do jeito que as operadoras querem ou como o ministro sugere, os órgãos de defesa do consumidor já atestaram: os preços ilimitados tendem a ser bem mais caros e isso deve deixar mais pessoas de baixa renda desconectadas.

“Parece que a estratégia de colocar a franquia de dados menor é uma tentativa de minar os negócios do concorrente e extrair mais renda do consumidor, e isso nos soa uma atitude mais séria, juridicamente falando”, diz o pesquisador de Telecomunicações do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Rafael Zanatta, ao lembrar também que, “nos últimos dois anos, as teles entraram em colisão com as empresas de mensagens instantâneas (como o WhatsApp) e streaming (como o Netflix)”, comenta.

Sem mencionar a questão levantada pelo especialista, o argumento utilizado pela Vivo, que capitaneia o movimento de corte da internet fixa no Brasil, é que “é uma tendência mundial”. No entanto, Zanatta afirma que



Segundo Rafael Zanatta, especialista de Telecomunicações do Idec, nos últimos dois anos, as teles entraram em colisão com as empresas de mensagens instantâneas (como o WhatsApp) e streaming (como o Netflix)

pesquisou o tema em outros países e só identificou modelos de cobranças semelhantes na Irlanda, Nova Zelândia e Canadá – e não eram absolutos, como se tenta fazer aqui.

Internautas também jogaram por terra o dito pelo presidente da Telefônica Vivo, Amos Genish, quando esteve em Fortaleza visitando o call center da empresa, inclusive. Eles divulgaram em massa nas redes sociais a ação da Prefeitura de Nova York, que transformou os orelhões em pontos de internet sem fio (Wi-Fi) de acesso gratuito.

Impacto no e-commerce

A restrição do acesso à internet fixa ainda aflige e se faz refletir em um dos poucos setores a registrar indicadores ascendentes nos últimos meses: o e-commerce. A Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e.net), responsável por representar empresas online do varejo,

Para o presidente da Camara-e.net, alguns negócios seriam seriamente afetados pela cobrança diferenciada do acesso à web

demonstrou preocupação com a medida em nota divulgada nesta semana. A entidade lembra o mal desempenho da banda larga fixa na pesquisa de satisfação da própria Anatel e aponta a carência empregada no novo modelo de consumo como um elemento que deve prejudicar o acesso e também alguns negócios.

“Os negócios de determinados segmentos seriam seriamente afetados pela cobrança diferenciada do acesso à Internet. Empresas que exploram e tornam acessíveis via web vídeos

on-line – segmento que vem registrando crescimento considerável no Brasil – não resistiriam ao impacto. As pequenas e médias empresas serão igualmente afetadas pelo encarecimento do custo dos serviços e, com isso, sua capacidade e competitividade seriam reduzidas drasticamente”, afirma Ludovino Lopes, presidente da Camara-e.net.

Ele lembra que “a economia digital, incluindo aplicativos de mensagens interativos já nacionalmente adotados (Whatsapp e Facebook, por exemplo) e seus usuários, seriam diretamente afetados, já que os consumidores de banda móvel veriam substancialmente diminuída a sua capacidade de utilização em razão da redução do pacote de dados com as operadoras”.

Reações civis

Desde o anúncio da prática do corte pela Vivo – acompanhado por algumas operadoras, que re-

CONTABILIDADE

Diário lança especial em 25 de abril
P.5

RECORDE EM MARÇO

Tesouro Direto atrai investidor
P.6

Ministério da Justiça cobra explicação de operadoras

Brasília. A titular da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça, Juliana Pereira, notificou as empresas Oi, Claro (NET) e Vivo para cobrar explicações em relação à mudança da forma de cobrança da internet banda larga fixa, como limites de dados. Por meio de nota, o órgão informou entender que a mudança proposta poderá violar os direitos dos consumidores.

Em nota, a pasta mostra preocupação em relação à forma como o serviço de internet fixa é ofertado. A Senacon destaca que os planos focam, até agora, na informação da velocidade e não no volume de dados. “Uma mudança dessa magnitude deve ser precedida de amplo debate público e transparente, uma vez que o acesso à internet é hoje um serviço essencial para sociedade”, afirmou a Senacon.

Nessa quarta-feira (20), deputados do PSDB apresentaram à Procuradoria da República no Distrito Federal (PR-DF) representação solicitando que seja investigada possível prática de ato lesivo aos consumidores pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ao aceitar a limitação de oferta de banda larga fixa. Eles pedem que, “configurados tais abusos, sejam adotadas medidas judiciais para impedir que o regime de franquias, com penalizações para os consumidores, seja imposto pela Anatel sem previsão legal”.

O líder do PSDB na Câmara, Antônio Imbassahy (BA), e os deputados Caio Nárcio (MG) e Pedro Cunha Lima (PB), defendem que não há previsão legal para a instituição do regime de franquia. Segundo eles, o ato da Anatel de segunda-feira, que suspendeu qualquer limitação por 90 dias, “na verdade, autoriza os prestadores de serviço a praticarem a redução de velocidade”.

Mais informações:

- Petição da Proteste <http://bit.ly/protesteinternet>
- Petição online <http://bit.ly/peticaointernetfixa>
- Trâmite no Senado <http://bit.ly/senadobandalarga>

MÉDIA DE 12,97%

Conta de luz no Ceará fica mais cara a partir de hoje

O reajuste médio de 12,97% na conta de luz dos cearenses está valendo a partir de hoje (22). O aumento, que afetará mais de 2,4 milhões de unidades consumidoras nas 184 cidades do Estado, é de 13,64% para os clientes residenciais (comerciais e baixa renda). Já para os consumidores de alta tensão (indústrias), a correção é de 11,51%.

Os aumentos foram aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na última terça-feira (19). A agência também aprovou os reajustes da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern) e da Energisa SE, do Sergipe.

Os consumidores da Cosern sentirão uma alta média de 7,73%, sendo 7,78% para os clientes residenciais e 7,61% para os industriais. Já para a Energisa SE, a alta ficou em 5,24%, sendo que, para os consumidores residenciais, o aumento foi de 5,55%, e para os industriais foi de 4,74%.

Maior do País

O aumento médio da Companhia Energética do Ceará (Coelce) é o maior da região Nordeste. Em todo o País, o índice da Coelce é, até agora, o quarto



mais alto do País, sendo menor apenas que os das distribuidoras paulistas CPFL Jaguaré, cujo reajuste foi de 17,12% para a classe residencial; seguida pela CPFL Sul Paulista (17,03%) e pela CPFL Leste Paulista (14,53%).

Acima da inflação

A Coelce admitiu que, em 2016, o avanço médio de 12,97%, autorizado pela Aneel ficou acima do Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no mesmo período, que foram, respectivamente, 11,56% e 9,39%. Segundo a Coelce, a nova tarifa vai

repor custos arcados pela distribuidora durante 2015, mas que não possuíam cobertura tarifária suficiente.

Esses sobre custos foram motivados, principalmente, pelo aumento das despesas com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – fundo administrado pelo Governo para custear subsídios às tarifas e com custos de compra de energia.

Notificação

Na última quarta-feira (20), o Procon Fortaleza notificou, hoje, a Companhia Energética do Ceará (Coelce) a dar explicações a respeito do índice de reajuste de 13,64% para os consumidores residenciais, superior à inflação e o mais alto entre as tarifas do Nordeste.

De acordo com a diretora do Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (Procon Fortaleza), Cláudia Santos, a entidade investiga se houve alguma infração ao Código de Defesa do Consumidor (CDC). “Queremos esclarecimentos por escrito sobre a razão para que esse reajuste tenha ficado acima da inflação”, disse. A Coelce terá até dez dias para enviar as explicações.



De acordo com a Coelce, a nova tarifa vai repor custos arcados pela distribuidora durante 2015, mas que não possuíam cobertura tarifária suficiente

ESTOQUES

Produção sobe e preços do petróleo recuam

São Paulo. Os preços dos contratos futuros do petróleo recuaram ontem, após duas sessões de alta, conforme produtores da Rússia à Arábia Saudita e do Irã à Líbia sinalizaram mais produção em meio a crescentes estoques de commodity nos Estados Unidos. Movimentos de realização de lucros e a estabilização do dólar após fraqueza no início da semana também pesaram nas cotações do petróleo.

Os contratos futuros do Brent fecharam em baixa de 2,8 por cento, a 44,53 dólares o barril. O petróleo nos EUA encerrou a 43,18 dólares, com queda de 2,3 por cento.

Os preços avançaram inicialmente quando a Agência Internacional de Energia disse que a produção de não-membros da Opep iria cair neste ano.

Mas conforme a sessão progrediu a Rússia e produtores relevantes membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) indicaram que eles irão elevar a produção, o que contribuiu para enfraquecer o fôlego das cotações.